



Itararé Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e Relatório dos Auditores Independentes

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

As atividades florestais desempenham papel fundamental no modelo de negócios da controladora Klabin, assegurando o fornecimento contínuo de madeira para as operações industriais da Companhia. O ativo florestal é composto principalmente por áreas plantadas de pinus e eucalipto, que possibilitam o acesso às fibras longa e curta com elevada eficiência operacional e competitividade de custos.

A gestão florestal é conduzida com foco no abastecimento sustentável das unidades industriais, na qualidade da matéria-prima e na eficiência logística, buscando constantemente a otimização do raio médio de transporte da madeira e o equilíbrio adequado do mix de fibras requerido pelos produtos finais.

No contexto das iniciativas de otimização do portfólio de ativos florestais, o desdobramento do Projeto Caetê resultou na disponibilização de aproximadamente 60 mil hectares de terras produtivas excedentes para monetização. No âmbito da monetização de terras excedentes, foi realizada a primeira venda no terceiro trimestre de 2025, seguida por novas operações no quarto trimestre do mesmo ano.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Itararé Reflorestadora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itararé Reflorestadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Itararé Reflorestadora S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

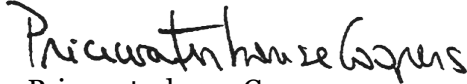
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Itararé Reflorestadora S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS	8
2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES	9
4. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO	10
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
6. PARTES RELACIONADAS	11
7. TRIBUTOS A RECUPERAR	12
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO CORRENTES E DIFERIDOS	13
9. ATIVOS BIOLÓGICOS	15
10. IMOBILIZADO	17
11. FORNECEDORES	18
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
13. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21
14. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	21
15. RESULTADO FINANCEIRO	21
16. GERENCIAMENTO DE RISCOS	22

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.098	50.065
Partes relacionadas	6	15	737
Estoques		-	78
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	822	1.719
Tributos a recuperar	7	36	36
Outros ativos		-	35
Total do ativo circulante		42.971	52.670
Não circulante			
Ativos biológicos	9	397.862	439.712
Imobilizado	10	341.118	341.116
Total do ativo não circulante		738.980	780.828
Total do ativo		781.951	833.498

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota	31.12.2025	31.12.2024
	Explicativa		
Circulante			
Fornecedores	11	1.537	1.625
Partes relacionadas	6	-	661
Obrigações fiscais		188	84
Obrigações sociais e trabalhistas		121	-
Debêntures intercompanhia		-	114.900
Outras contas a pagar e provisões		-	107
Total do passivo circulante		1.846	117.377
Não circulante			
Partes relacionadas	6	6	1.573
Debêntures intercompanhia		-	264.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	10.766	63.757
Total do passivo não circulante		10.772	329.575
Total do passivo		12.618	446.952
Patrimônio líquido			
Capital social		655.913	262.587
Reservas de lucros		113.420	123.959
Total do patrimônio líquido	12	769.333	386.546
Total do passivo e patrimônio líquido		781.951	833.498

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
	Explicativa		
Receita líquida de vendas	13	50.671	52.908
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	(56.956)	221.844
Custo dos produtos vendidos	14	(29.328)	(71.865)
Lucro (prejuízo) bruto		(35.613)	202.887
Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(453)	(42)
Outras receitas (despesas) líquidas	14	1.168	-
		715	(42)
Resultado de equivalência patrimonial		-	568
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos		(34.898)	203.413
Receitas financeiras		6.043	507
Despesas financeiras		(30.619)	(17.799)
Variação cambial, líquida		-	1.378
Resultado financeiro	15	(24.576)	(15.914)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(59.474)	187.499
Correntes	8	(4.056)	(6.878)
Diferidos	8	52.991	(56.662)
Imposto de renda e contribuição social		48.935	(63.540)
Resultado líquido do exercício		(10.539)	123.959
Resultado por ação			
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$		(0,0000)	0,0005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	(10.539)	123.959
Resultado abrangente total do exercício	(10.539)	123.959

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros		Resultados acumulados	Patrimônio líquido total
					Reserva de ativos biológicos	Reserva de investimento e de capital de giro		
Em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício							123.959	123.959
Resultado abrangente total do exercício							123.959	123.959
Reorganização societária		253.637	-	-	-	-	-	253.637
Aporte de capital		8.950	-	-	-	-	-	8.950
Destinação de lucro	12.6	-	-	6.198	109.317	8.444	(123.959)	-
Realização de reserva de ativos biológicos					(37.100)	-	37.100	-
Constituição de reserva de ativos biológicos					146.417	-	(146.417)	-
Constituição de reserva legal			-	6.198		-	(6.198)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro						8.444	(8.444)	-
Em 31 de dezembro de 2024		262.587	-	6.198	109.317	8.444	-	386.546
Resultado líquido do exercício							(10.539)	(10.539)
Resultado abrangente total do exercício							(10.539)	(10.539)
Reorganização Societária	4.1	31.963	-	-	-	-	-	31.963
Aporte de capital		361.363	-	-	-	-	-	361.363
Destinação de lucro	12.3	-	-	-	(4.732)	(5.807)	10.539	-
Realização de reserva de ativos biológicos					(4.732)	-	4.732	-
Realização de reserva de investimento e capital de giro						(5.807)	5.807	-
Em 31 de dezembro de 2025		655.913	-	6.198	104.585	2.637	-	769.333

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(59.474)	187.499
Ajustes por			
Exaustão dos ativos biológicos	9	29.087	71.943
Varição do valor justo dos ativos biológicos	9	56.956	(221.844)
Despesa com juros de debêntures intercompanhias	15	30.626	17.782
Varição cambial	15	-	(1.378)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(568)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		722	655
Estoques		78	(78)
Tributos a recuperar		(3.159)	(36)
Outros ativos		35	(35)
Fornecedores e partes relacionadas		(2.316)	3.845
Obrigações fiscais		2.503	24
Obrigações sociais e trabalhistas		121	-
Outros passivos		(107)	(718)
Caixa gerado nas operações		55.072	57.091
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.399)	(8.537)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		52.673	48.554
Atividades de Investimento			
Adição de plantio e compras de madeira em pé	9	(12.230)	-
Adição de bens do ativo imobilizado e intangível	10	(2)	(6.558)
Aquisição de terras		-	(2.078)
Caixa adquirido – projeto Caetê		-	(360.166)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(12.232)	(368.802)
Atividade de Financiamento			
Captação de debêntures intercompanhias		-	361.363
Amortização de empréstimos e financiamentos intercompanhia		(361.363)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos intercompanhia		(48.408)	-
Aporte de capital	4.2	361.363	8.950
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(48.408)	370.313
Aumento (redução) de caixa e equivalentes		(7.967)	50.065
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		50.065	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		42.098	50.065

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Itararé Reflorestadora S.A., é uma Sociedade Anônima (“Companhia”), constituída em 17 de novembro de 2023 pela Klabin S.A (“Klabin” ou “controladora”), com sede na cidade de Telêmaco Borba-PR. A Companhia iniciou operação em 03 de abril de 2024 através de acervo cindido por outra empresa controlada da Klabin, a Cambará Reflorestadora S.A. (“Cambará”). Tem como atividades preponderantes o plantio de florestas renováveis e sustentáveis, melhoramento genético, silvicultura, manejo e colheita de madeiras.

1.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos, o valor justo, por meio do resultado no caso de ativos e passivos financeiros e ativos biológicos.

A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 16 de março de 2026.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.1 – item c).

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente entre os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo através do resultado, como no caso dos ativos biológicos.

2.1 Sumário das práticas contábeis materiais

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
7	Imposto de renda e contribuição social diferidos.
9	Ajuste a valor justo dos ativos biológicos.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES

Os pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são aplicados pela Companhia de acordo com suas respectivas datas de vigência.

Adicionalmente, o *International Accounting Standards Board* (“IASB”) continua emitindo novos pronunciamentos e revisões de normas existentes, os quais são incorporados ao arcabouço contábil brasileiro por meio do processo de convergência pelo CPC e entrarão em vigor em exercícios futuros. Os principais pronunciamentos e revisões emitidos até a data de autorização destas Demonstrações Financeiras estão apresentados a seguir:

Pronunciamentos e Revisões	Alteração / Aprimoramento	Aprovação	Vigência
<i>CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio</i>	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	05.07.2024	01.01.2025
<i>OCPC 10 - Créditos de Carbono</i>	Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.	18.10.2024	01.01.2025
<i>CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos</i>	O CPC traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de	30.05.2024	01.01.2026

<i>Financeiros: Evidenciação</i>	divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.		
<i>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis</i>	Substitui o CPC 26 (R1) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	10.10.2025	01.01.2027

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção dos pronunciamentos e revisões que entrarão em vigor em exercícios futuros, à medida que tais normativos sejam regulamentados pelos órgãos competentes.

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS (*International Financial Reporting Standards*) mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

4.1 Reorganização Societária

Ao longo de 2025, a Klabin S.A. (“Klabin”) conduziu uma reorganização societária interna entre suas controladas, com o objetivo de promover maior integração operacional e eficiência na gestão dos ativos.

Em 3 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu aporte de ativos florestais de sua única acionista, Klabin.

	Nota explicativa	Aporte Klabin 03.02.2025	Reorganização Societária
Ativos biológicos	9	31.963	31.963
Capital Social	12.1	(31.963)	(31.963)

4.2 Aumentos de Capital Social

Em 15 de dezembro de 2025, foi concluída operação realizada pela acionista Klabin com uma Timber Investment Management Organization (“TIMO”), denominada “Operação” ou “Projeto Plateau”.

Em decorrência dessa Operação, a Companhia recebeu aportes de capital da TIMO ao longo do exercício de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Data	Aumento de Capital	Ações ordinárias emitidas	Ações preferenciais emitidas
03.02.2025	108.409	1	77.976.170
30.06.2025	86.727	29.375.351	38.056.467
15.12.2025	166.227	56.302.757	67.563.308
	361.363	85.678.109	183.595.945

Os referidos aumentos de capital foram integralmente subscritos e integralizados, conforme previsto nos instrumentos da Operação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos - moeda nacional	7	13
Aplicações - moeda nacional	42.091	50.052
Total de caixa e equivalentes de caixa	42.098	50.065

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras compreendem Certificados de Depósitos Bancários com rentabilidade média de remuneração anual de 15,03% (12,15% em dezembro de 2024).

Política contábil

Representam os numerários, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um risco remoto de mudança de valor, de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Ativos e passivos com partes relacionadas

Ativo circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin S.A.	Contas a receber pela venda de madeira	15	737
		15	737
Passivo circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin S.A.	Taxa de gerenciamento	-	661
Klabin S.A.	Debenturês intercompanhia	-	114.900
		-	115.561
Passivo não circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Cambará	Outras despesas	-	306
Klabin S.A.	Outras despesas	-	1.267
Klabin S.A.	Debenturês intercompanhia	-	264.245
		-	265.818

Demonstrações Financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2 Transações com partes relacionadas

Receita de vendas	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin S.A.	Venda de madeira	53.734	59.648
		53.734	59.648
Compras	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin S.A.	Compra de insumos e taxa de gerenciamento	2.932	2.638
		2.932	2.638
Resultado Financeiro	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin S.A.	Juros de debêntures intercompanhia	30.626	17.782
		30.626	17.782

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2025	31.12.2024
	Ativo Circulante	Ativo Circulante
Imposto de renda e contribuição social	822	1.719
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	822	1.719
Pis e Cofins	36	36
Pis e cofins a recuperar	36	36
Total	858	1.755

a) IRPJ/CSLL

Em 23 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores relativos à taxa Selic, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário.

A Companhia, em 16 de outubro de 2019, impetrou mandado de segurança objetivando o reconhecimento da não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, tendo em vista a sua natureza indenizatória, aplicados sobre as repetições de indébito tributário em que houve ganho de causa a favor da Companhia.

No final de 2023, a Companhia reconheceu os valores dos indébitos exclusivamente relacionados à taxa Selic na situação mencionada. A compensação dessa parcela se dará após o trânsito em julgado de seu processo judicial e posterior habilitação do crédito pela autoridade fiscal.

b) PIS/COFINS

O saldo registrado no ativo circulante refere-se ao crédito de Pis e Cofins apurado nos moldes do art. 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03. O montante registrado no grupo não circulante refere-se à apropriação dos créditos do Pis e da Cofins sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado, adquiridas ou construídas

para utilização na produção dos bens comercializados pela Companhia, no prazo de 24 meses, calculados sobre o custo de construção ou aquisição da edificação, conforme disposição legal constante no art. 6º da Lei nº 11.488/07. Não há risco de não utilização do crédito de Pis e Cofins para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO CORRENTES E DIFERIDOS

No exercício de 2025, a Sociedade adotou o regime de Lucro Presumido, com apuração do IRPJ e da CSLL mediante aplicação dos percentuais de 8% e 12% sobre a receita bruta de vendas, sendo os demais rendimentos tributados sem a aplicação dos percentuais de presunção.

Para o exercício de 2024, a Companhia esteve enquadrada no regime de Lucro Real, com apuração anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil, e 9% para a CSLL, ambos incidentes sobre o lucro tributável.

8.1 Conciliação da alíquota efetiva

	31.12.2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de vendas	53.734	53.734
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	4.299	6.448
Rendimentos financeiros e outros	7.133	7.133
Base de cálculo - após acréscimos	11.432	13.581
Alíquota nominal	15%	9%
Tributo calculado sem adicional	(1.715)	(1.222)
Base de cálculo do adicional 10% do IR	11.212	-
Percentual adicional	10%	-
Tributo calculado com adicional	(1.119)	-
IR e CS no resultado	(2.834)	(1.222)
		31.12.2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		187.499
Alíquota nominal		34%
Despesa de tributos à alíquota nominal		(63.750)
Resultado de participações societárias		193
Parcela isenta do adicional de 10%		18
Outros		(1)
IR e CS no resultado		(63.540)
Corrente		(6.878)
Diferido		(56.662)
Alíquota efetiva		33,89%

8.2 Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

	Reconhecido no		
	31.12.2025	Resultado do exercício	31.12.2024
Valor justo dos ativos biológicos	(10.419)	52.991	(63.410)
Outras diferenças temporárias	(347)	-	(347)
Imposto diferido passivo	(10.766)	52.991	(63.757)
Saldo imposto diferido	(10.766)	52.991	(63.757)

Política contábil

a) Impostos correntes e diferidos

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, com base no lucro tributável do exercício, mediante aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são mensurados sobre as diferenças temporárias de cada exercício, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo os saldos de prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL, quando aplicável. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são reconhecidos no resultado da Companhia, exceto quando correspondem a itens registrados em “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

A recuperabilidade do IRPJ diferido ativo é revisada anualmente, tendo seu reconhecimento contábil quando provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para essa recuperação.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos, ativo e passivo, são lançados pelos montantes líquidos, no não circulante apresentado nos balanços patrimoniais, líquido dos adiantamentos de impostos pagos durante o exercício.

b) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

9. ATIVOS BIOLÓGICOS

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	31.12.2025	31.12.2024
Custo de formação dos ativos biológicos	289.953	274.080
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	107.909	165.632
Total	397.862	439.712

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 20 mil hectares (21 mil em 31 de dezembro de 2024) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

9.1 Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

(ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio de pinus, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, como referência do setor, é revisada anualmente pela Administração dentro do processo orçamentário ou na medida que houver situações que exijam tal revisão;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela

Companhia. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

9.2 Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Pinus	Eucalipto	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adição	110.150	179.661	289.811
Adições por plantio e compras de florestas em pé	6.182	376	6.558
Cisão de florestas	103.968	179.285	283.253
Exaustão	(35.217)	(36.726)	(71.943)
Custo histórico	(15.731)	-	(15.731)
Ajuste ao valor justo	(19.486)	(36.726)	(56.212)
Variação de valor justo por	130.166	91.678	221.844
Preço	86.788	15.432	102.220
Crescimento (i)	43.378	76.246	119.624
Em 31 de dezembro de 2024	205.099	234.613	439.712
Adição	33.475	10.718	44.193
Adições por plantio e compras de florestas em pé	9.624	2.606	12.230
Aporte recebido de florestas (nota 4.1)	23.851	8.112	31.963
Exaustão	(29.613)	526	(29.087)
Custo histórico	(28.319)	-	(28.319)
Ajuste ao valor justo	(1.294)	526	(768)
Variação de valor justo por	(37.202)	(19.754)	(56.956)
Preço	(37.527)	(15.889)	(53.416)
Crescimento (i)	325	(3.865)	(3.540)
Em 31 de dezembro de 2025	171.759	226.103	397.862

(i) A mensuração a valor justo aplica-se aos ativos maduros, iniciando-se no quarto ano para o eucalipto e no sexto ano para o pinus.

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

De acordo com a hierarquia de mensuração do valor justo, os ativos biológicos são classificados no Nível 3, conforme o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão da complexidade e da natureza das premissas utilizadas em seu cálculo.

Entre as premissas consideradas no cálculo destacam-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas

regiões onde a Companhia está alocada. A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital, levando em conta juros e inflação de longo prazo.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2025 foi equivalente a R\$ 153/m3 (R\$ 147/m3 em 31 de dezembro de 2024).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos materiais de elevação (redução) da taxa utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos acarretariam em queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou o custo médio de capital ponderado de 7,63% em moeda constante (7,93% em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com os compromissos firmados entre a Companhia e Klabin S.A., os contratos de venda de madeira em pé possuem o direito de preferência de aquisição pela Klabin S.A. mas não a exclusividade na compra.

Política contábil

A Companhia realiza a avaliação mensal dos ativos biológicos, conforme as disposições do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, que estabelece os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos. Essa avaliação periódica visa garantir que os valores registrados no balanço patrimonial reflitam com precisão a realidade econômica dos ativos, alinhando-se aos princípios de transparência e confiabilidade das informações financeiras. A revisão mensal permite a atualização contínua das premissas e valores, assegurando que os ativos biológicos sejam avaliados de acordo com suas condições e características atuais.

Para a determinação do valor justo, a Companhia adota a técnica da abordagem de receita, conforme preconizado pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. Essa abordagem utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado, o qual projeta os fluxos de caixa futuros dos ativos biológicos, descontados a uma taxa que reflete o risco e o valor do tempo do dinheiro. A aplicação dessa técnica possibilita uma mensuração precisa e adequada do valor justo, alinhada às práticas contábeis e às exigências regulamentares, garantindo que a avaliação dos ativos biológicos seja baseada em critérios sólidos e consistentes.

10. IMOBILIZADO

10.1 Composição do imobilizado

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Terrenos	339.038	339.038	339.038	339.038
Obras e instalações em andamento	2.080	2.080	2.078	2.078
Total	341.118	341.118	341.116	341.116

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo contábil de imobilizado era composto por terrenos e obras em andamento da Companhia no montante de R\$ 341.118 (R\$ 341.116 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a 16 mil hectares de área total (16 mil hectares em 31 de dezembro de 2024).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificados indicadores de impairment que justificasse a elaboração de teste para recuperabilidade do ativo.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Obras e instalações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adições	-	6	6
Incorporação de controladas	339.038	2.072	341.110
Em 31 de dezembro de 2024	339.038	2.078	341.116
Adições	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2025	339.038	2.080	341.118

Política contábil

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Sempre que existe algum indicativo, a Companhia avalia se existe indicativos de não recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Existindo, é preparado teste de *impairment* e reconhecida provisão pela diferença entre o valor contábil dos ativos e seu valor realizável líquido (considerado dos dois o maior, valor em uso ou valor de venda, deduzidos os respectivos custos de transação). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram identificados indicativos de perda ao valor recuperável.

11. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.537 (R\$ 1.625 em 31 de dezembro de 2024), referente aos serviços de manutenção das atividades florestais.

Política contábil

O contas a pagar aos fornecedores é composto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável, de acordo com o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

O capital social da Itararé, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, está dividido em 589.410.726 ações (262.587.000 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, correspondente a R\$ 655.913 (R\$ 262.587 em 31 de dezembro de 2024), assim distribuído:

Acionistas	31.12.2025			31.12.2024		
	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN	Capital votante	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN	Capital votante
Klabin	291.431.642	28.705.030	77%	262.587.000	-	100%
Timo	85.678.109	183.595.945	23%	-	-	0%
Total de ações	377.109.751	212.300.975		262.587.000	-	

As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais terão as seguintes características:

- i) não terá direito a voto;
- ii) terá direito ao recebimento de dividendos e de juros sobre capital próprio no mesmo valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Companhia aos detentores de ações ordinárias, e
- iii) terá prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

12.2 Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

(ii) Reserva de investimento e capital de giro

O lucro líquido do exercício terá sucessivamente a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) do saldo remanescente, 65% (sessenta e cinco por cento) serão distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório, e
- (iii) o restante do lucro líquido terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

(iii) Reserva de ativos biológicos

Em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos, a Companhia, optou por constituir uma reserva de ativos biológicos, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foi realizado econômica e financeiramente.

O valor a ser utilizado para a constituição da reserva de ativos biológicos será limitado ao saldo da conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

A reserva de ativos biológicos será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados para contrapor a despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos contra o saldo em Lucros Acumulados.

12.3 Destinação dos lucros e dividendos

Os dividendos, ora aprovados, serão deduzidos dos dividendos obrigatórios que forem declarados pela Assembleia Geral que deliberar sobre as contas do exercício de 2025.

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais.

		31.12.2025	31.12.2024
(=)	Resultado líquido do exercício	(10.539)	123.959
(-)	Constituição de reserva legal	-	(6.198)
(-)	Constituição da reserva de ativos biológicos	-	(146.417)
(+)	Realização da reserva de ativos biológicos	4.732	37.100
(=)	Lucro base para distribuição	(5.807)	8.444
(=)	Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)		2.111
(-)	Realização/Constituição da reserva de investimento e capital de giro	5.807	(8.444)
(=)	Lucro retido	-	-

Política contábil

De acordo com Estatuto Social da Companhia, é atribuído aos acionistas a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado pela constituição, realização e reversão das Reservas de Ativos Biológicos e da Realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

13. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	31.12.2025	31.12.2024
Receita bruta de vendas de produtos	53.734	59.648
Impostos incidentes sobre vendas	(3.063)	(6.740)
Receita líquida de vendas	50.671	52.908

A totalidade da receita de vendas da Companhia é oriunda de venda de madeira em pé para sócia Klabin S.A.

Política contábil

De acordo com o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. A Companhia reconhece a receita de venda sempre que for provável que os recursos econômicos da transação fluam para a entidade e que, todas as obrigações de desempenho contratadas pelo cliente tenham sido cumpridas, que se dá no momento da transferência de posse e propriedade dos ativos ao comprador.

14. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A custo dos produtos vendidos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 29.328 (R\$ 71.865 em 31 de dezembro 2024), composto pela exaustão do ativo biológico (nota explicativa 9) e outros insumos para manutenção das atividades florestais.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.919	530
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	-	(23)
Outras	124	-
	6.043	507
Despesas financeiras		
Despesas de juros de debenturês intercompanhias	(30.626)	(17.782)
Outras	7	(17)
	(30.619)	(17.799)
Variação cambial		
Variação cambial de ativos	-	1.392
Variação cambial de passivos	-	(14)
	-	1.378
Resultado financeiro	(24.576)	(15.914)

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1 Gestão de riscos climáticos

As operações da Companhia, dada sua natureza, estão expostas a riscos atrelados a mudanças climáticas. Os ativos imobilizados da Companhia (nota explicativa 10) e os ativos biológicos (nota explicativa 9) podem ser impactados pela determinação de suas respectivas variáveis usadas nos cálculos de valor justo e recuperáveis (impairment).

A Companhia contempla em sua rotina de gestão avaliações de riscos climáticos e de escassez hídrica que podem afetar, de certa forma, diretamente a produtividade dos ativos biológicos e potencialmente a capacidade de produção de celulose e papel de fibra virgem. Em seu Centro Tecnológico de Pesquisa Florestal, são coordenados estudos e monitoramento contínuo de suas florestas para compreender o comportamento do desenvolvimento e da adaptação de seus ativos biológicos frente às mudanças de temperatura, disponibilidade de água, qualidade de conservação do solo e importância da biodiversidade existente.

Historicamente, os maciços florestais que atendem as unidades fabris de celulose e papel da Companhia situam-se em regiões de clima subtropical com baixa deficiência hídrica ao longo do ano e temperaturas moderadas. A Companhia realiza o monitoramento baseado em modelos matemáticos e experimentos de campo, na busca por regiões que têm se mostrado mais resilientes frente aos impactos climáticos e de biodiversidade projetados para o futuro.

Além dos possíveis impactos em produtividade, citados acima, a falta de chuva pode acarretar queimadas que podem atingir os maciços florestais da Companhia.

A Companhia conta com centros de monitoramento que identificam focos de queimada e viabilizam ações rápidas de combate a incêndios, minimizando danos às florestas. Possui ainda uma estrutura dedicada à gestão de riscos climáticos e corporativos, com metodologias próprias que permitem o monitoramento contínuo, a avaliação e a mitigação de riscos, além da implementação de estratégias de resiliência e adaptação.

ITARARÉ REFLORESTADORA S.A.
CNPJ Nº 52.667.861/0001-21

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Paulo Conde Ivo – Presidente
Matheus Barros Moura

DIRETORIA

Guilherme de Vasconcelos Parra – Diretor Presidente
Felipe Machado de Souza Ardito – Diretor Financeiro

Dayele Rodarte Fernandes Silva
Contadora – CRC SP317897/O-0